

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, realizada no dia dez de abril do ano de dois mil e doze, com início às quatorze horas e quarenta e sete minutos, na Casa dos Conselhos, sito à Rua Ipiranga, nº 544 – Centro – Petrópolis. A reunião foi iniciada pela vice-presidente, professora Ednéa Valle de Mello, que fez a chamada dos conselheiros, estando presentes:

Em seguida, solicita à secretária executiva que realize a leitura da ata do mês de março, que é aprovada pela plenária. Posteriormente, o conselheiro Ricardo Tâmella sugere colocar na pauta do dia, a eleição do conselheiro para o FUNDEB e solicita que sejam revistos os pontos da reunião anterior no que diz respeito ao que foi feito com as decisões tomadas nas reuniões anteriores, o que é reiterado pela conselheira Lucília. O conselheiro Adenilson fala das situações das creches que o COMED determinou o fechamento e lembra as condições que o Poder Público possui para absorver os alunos dessas instituições, fazendo menção a creche Trem da Alegria, que funciona no Bairro da Glória, que será fechada, dizendo que não tem previsão para onde os alunos serão levados. A conselheira Sandra Bortolotti, que também faz parte da equipe de inspeção escolar da Subsecretaria de Educação Infantil, informa que ainda não tiveram tempo hábil para visitar as creches do bairro citado para saber as condições de absorção dos alunos da Creche Trem da Alegria. O conselheiro Adenilson diz mais uma vez que o Poder Público não tem como absorver imediatamente essas crianças. A conselheira Lucília diz que o Poder Público tem que se virar, que o problema é dele. A conselheira Síntia Said lembra que o assunto “ter vaga” não tem nada a ver com “fechar creche irregular”. **A conselheira Sandra informa que estão acelerando as autorizações das 44 que não possuem autorização.** A vice-presidente Ednéa afirma que as creches devem ser fechadas até obterem a legalização e diz que na reunião da Câmara de Educação Básica foi dito que as instituições têm mais de um ano para regularizem seu funcionamento. A conselheira Débora lembra a fala do conselheiro Adenilson no que tange a sua preocupação quanto a absorção dos alunos das instituições que serão fechadas informando que esta também é uma preocupação da equipe de inspeção escolar e que, para tanto, formaram-se equipes dentro desta equipe para visitar as instituições que funcionam indevidamente na cidade e orientar os trâmites necessários para o funcionamento ou coibi-lo. Informa ainda que não tomarão atitudes arbitrárias, verificando inicialmente o que é somente caso de auxílio nas ações a serem tomadas ou se é caso de fechamento. Além disso, há denúncias do Ministério Público que precisam ser averiguadas em um curto espaço de tempo e a equipe necessita sair para estas inspeções emergenciais. A vice-presidente pergunta à conselheira Débora sobre os casos da creche Meus Pequenininhos e Trem da Alegria. A conselheira Débora responde que a Subsecretaria de Educação Infantil ficou de comunicar a decisão às proprietárias das instituições. O conselheiro Ricardo indaga se estas instituições foram fechadas e sugere ao COMED que se cobre que a medida seja levada a cumprir. A vice-presidente afirma que até a presente data não obtiveram retorno do que aconteceu. Ricardo diz que as decisões do COMED tem que ser acatadas. A conselheira Sandra fala que se houver o acompanhamento mais efetivo da inspeção escolar quanto à evolução das condições do funcionamento das escolas e surgirem questões com o Ministério Público, fica mais fácil responder. Débora lembra que se o Ministério Público determinar o fechamento, tem que ser feito e ponto final e que muitas instituições podem ter condições de funcionamento, mas necessitam de um aparato funcional. A conselheira Lucília resgata os assuntos que estão sendo tratados, dizendo que um diz **respeito a** e o segundo é com relação a ação do COMED diante de um ato que foi deliberado no Conselho e que nada foi feito. Ricardo afirma que a Secretaria de Educação teve um mês para preparar a resposta que foi solicitada. Ednéa solicita à Ricardo que fale sobre o Fórum que foi pensado na reunião da Câmara de Educação Básica. A conselheira Lucília diz que o poder do COMED está sendo retirado. A secretária geral do COMED, professora Deise, pergunta se cabe ao COMED dar

ciência do que é decidido na reunião ordinária. Os conselheiros Lucília e Ricardo respondem que não. A conselheira SÍntia diz que cabe a Secretaria de Educação fazer a ciência dos fatos. Sandra informa que Deise encaminhou os ofícios para o Ministério Público respondendo os questionamentos. Deise diz que enviou ao Ministério Público e à secretária de Educação. A conselheira Rosimar sugere que se passe a protocolar os ofícios para que tenham caráter de processo. O conselheiro Ricardo diz que deveria se passar a proceder dessa forma a partir da presente data e que não dá para ficar pedindo, que se deve enviar ofício para o Prefeito e ao Ministério Público comunicados das decisões tomadas no COMED com relação às Instituições Trem da Alegria e Centro Educacional Meus Pequeninos e que estas não foram tomadas. A conselheira eu discorda da colocação do conselheiro Ricardo, dizendo que os ofícios devem ser encaminhados a Secretaria de Educação e que se nada for feito, deveria então encaminhar para o Ministério Público ou Prefeito. Sandra ...

A conselheira Lucília diz que não se pode confundir os papéis, que o COMED que não pode perder o seu papel e que como não foi atendido pela Secretaria de Educação, deve tomar providências. O conselheiro Alexandre propõe que deveriam ouvir a Secretaria de Educação e que mandar uma carta para o Prefeito parceria demérito com a Secretária de Educação.

Adenilson ...

Ricardo lembra que se há demérito, é por parte da Secretaria de Educação com o COMED. Lembra que todos deveriam estar presentes às quatorze horas e trinta minutos e que não se pode ficar esperando a Secretária chegar para responder as colocações que estão sendo postas. Rosimar fala que o papel do COMED é fazer cobranças. A conselheira SÍntia pergunta quantos ofícios foram feitos para a Secretaria de Educação, o que muda e se deu-se um prazo para fechar a creche. A vice-presidente Ednéa relê o ofício e a decisão. A suplente Patrícia diz que mora no Morin e que a creche foi inaugurada e que talvez seja resolvida a situação a partir disso. O conselheiro Adenilson comunica que falou com a Secretária de Educação por telefone e que esta comunicou que as escolas citadas serão fechadas e que será feita chamada pública, porque os alunos irão para o Rolando. Neste momento, a conselheira Lucília coloca sua tristeza e o desgosto de participar de um Conselho que está agindo desta forma, que a Secretária não participa e envia suas respostas por outra pessoa. Ricardo afirma que todo o trabalho do Conselho está sendo jogado fora, está repetindo o que sempre aconteceu, que a Secretária comparecia as reuniões falava acerca de diversos assuntos e todos diziam ok. A conselheira Noelma reitera o que o conselheiro Ricardo disse, reforçando a questão de que não se está impondo o papel verdadeiro de um Conselho, que não há interesse dos representantes que estão acima do Conselho e sinaliza a ausência recorrente do Poder Legislativo no COMED. Diz ainda que, no momento, o Poder Público está sendo representado pelo conselheiro Adenilson que tenta fazer seu papel e que talvez a grande culpa de tantas omissões, seja dos próprios membros do Conselho, se querem resultados, não podem esperar que a Secretaria de Educação dê as respostas. Lembra ainda que está recebendo denúncias de diversas naturezas com relação aos problemas eminentes da Secretaria de Educação e que deveria ter um grupo para ir ao Gabinete do Prefeito e informar o que está acontecendo. Diz que cada um deve olhar para seus erros e pensar no que deve ser feito. A vice-presidente Ednéa diz que tudo isso acontece devido a pouca organização do povo. A professora Noelma diz que quem está no Conselho Municipal de Educação está porque quer e não se pode ficar esperando por decisões alheias, que temos uma imprensa e que o Conselho Municipal de Educação pode ir até ela e dizer o que está acontecendo. Ednea diz que está angustiada com a função dos membros do COMED e pergunta para a conselheira Débora qual é o prazo do mutirão que verificará as escolas de Educação

Infantil que estão funcionando sem autorização para responder ao COMED. O conselheiro Ricardo pergunta se é possível apresentar um cronograma deste mutirão. Alexandre retorna ao assunto dos ofícios citados lembrando dos prazos e diz que não está defendendo a Secretária de Educação, mas que pensa que tem que haver ponderação com as conclusões e que pensa que alocar as crianças das instituições fechadas em outros lugares não é tão fácil e, diante do que entende, fechar uma escola não é um ato simples de mandar a polícia para a escola e prender a diretora. Tem que pensar que as mães podem questionar o fechamento da instituição. A conselheira Rosimar diz que é obrigação do Poder Público pagar um lugar para as crianças ficarem. Ricardo pergunta quais foram as ações realizadas para que fossem cumpridas as deliberações do COMED. Lembra que em outubro deliberou-se para o fechamento do Centro Educacional Meus Pequeninos e em fevereiro nada ainda havia sido feito e não houve respostas. Diz que necessita-se de respostas e informações do que foi deliberado. A conselheira Noelma lembra a Alexandre que foi pedido resposta e que o fato se deu a mais de seis meses. Alexandre lamenta a ausência da secretária para dizer o que aconteceu, lembrando da informação que o conselheiro Adenilson deu através da ligação telefônica para a Secretária de Educação. O conselheiro Adenilson diz que tem ciência de que as deliberações são antigas e que a Secretária Cláudia Quintanilha comunicou que as instituições serão fechadas. Rosimar fala que esses assuntos não podem ser comunicados por telefone. Deise propõe um encaminhamento solicitando, por ofício, resposta até o dia quinze de abril. A conselheira Maria Carla lembra da Reunião das Câmaras. A conselheira Rosimar reforça a questão do protocolo para configurar a formalidade. A vice-presidente, Ednéa, propõe uma votação para a proposta da conselheira Rosimar quanto à formalização dos processos, ofícios e deliberações através do protocolo, o que é aprovado por todos os presentes. O conselheiro Adenilson pede esclarecimento quanto a colocações e indicações de propostas dos conselheiros que chegam após o horário de início da reunião ordinária. A conselheira Rosimar informa que tem direito a voz e não a voto. Alexandre diz que a partir do momento que se tem participação e assina a ata, possui direito a indicações. **Ednéa propõe que o ofício** A conselheira Síntia afirma que o que for deliberado em conselho seja encaminhado com no máximo uma semana a quem de direito para que na reunião seguinte se tenha respostas ao menos de posicionamento, mesmo que ainda não se tenha as respostas definitivas. Ricardo reitera a proposta feita anteriormente pela conselheira Deise quanto aos encaminhamentos dos ofícios. A conselheira Lucília propõe que os ofícios anteriores sejam protocolados. **Ricardo lembra das respostas solicitadas quanto ao FUNDEB, nos segmentos sem a folha de pagamento**. Rosimar diz que é necessário convocar João Raeder para a próxima reunião ordinária do COMED para que responda sobre as questões citadas por Ricardo e pergunta sobre o ofício de encaminhamento para a Secretaria de Fazenda que sinalizava a questão de autorização de funcionamento das escolas junto a Secretaria de Educação. Deise responde que após uma reunião com a Câmara de Educação Básica, entendeu que não deveria enviar este ofício. Rosimar diz que isto não está certo e pergunta porque não foi enviado. **Sandra ...** A conselheira Débora fala que na Reunião da Câmara de Educação Básica foi proposto que seria importante a realização de um Fórum, através de chamada pública, para informar sobre os processos das escolas privadas. A conselheira Rosimar cobra mais uma vez o motivo pelo qual o ofício não foi enviado. Deise responde que ela decidiu não enviar. Rosimar diz não está certo, que foi um erro, pois foi decidido em reunião ordinária que o ofício seria enviado. Ednéa lembra das reuniões das Câmaras que deverão trabalhar unidas e informa as datas: dezanove de abril, três de maio, dezessete de maio, trinta e um de maio, vinte e um de junho e cinco de julho, todas as quintas-feiras, com início às nove horas e término às onze horas, na Casa dos Conselhos. Rosimar solicita uma declaração com as datas das reuniões das Câmaras para apresentar no trabalho. Ednéa solicita continuar os assuntos da pauta fazendo referência ao ponto relacionado

ao Conselho do FUNDEB. Ricardo relembra a sua fala sobre o Conselho do FUNDEB na reunião de dezembro. Diz que houve publicação e divulgação adequada para a composição deste e informa que atualmente não existe o Conselho do FUNDEB e que o governo precisa de representação para aprovar os recursos e sem aprovação não tem verba. No momento possui apenas representação dos pais com duas vagas preenchidas e mesmo com toda chamada pública que teve, só houve dois pais candidatos, sendo um técnico e um professor. A conselheira Sítia pergunta se ainda pode haver candidatura ao Conselho do FUNDEB. Ricardo responde que a candidatura foi até o dia anterior, nove de abril e a eleição acontece na presente data e que as representações ficam distribuídas da seguinte maneira: um representante do COMED, um representante da Secretaria de Educação, um representante do Conselho Tutelar, dois representantes dos alunos, dois representantes de pais, um representante de direção de escola, um representante dos professores, um representante técnico administrativo e um representante do Gabinete do Prefeito. O conselheiro Ricardo aponta as cadeiras que nunca participam e por isso nunca conseguem quorum. Esclarece alguns trâmites **não peguei** e sugere a possibilidade do Conselho do FUNDEB funcionar dentro do COMED, através de uma Câmara. Deise diz que a maioria dos Conselhos do FUNDEB de outros municípios que são visitados